

Vidas de jovens militantes*

Militant youngsters' lives

ÁUREA MARIA GUIMARÃES

Cientista social pela USP e docente da Faculdade de Educação da Unicamp
guima@sigmanet.com.br

Resumo:

Esse artigo é fruto de uma pesquisa realizada no período de 2007 a 2010, junto a jovens militantes da cidade de Campinas, com o objetivo de compreender as diferentes maneiras que conduziam esses jovens tanto a reproduzir um modelo de vida quanto a criar outras possibilidades de militância na relação com os seus heróis ou modelos de referência.

Palavras-chave: História oral; Jovens militantes; Heróis

Abstract:

This article is the result of a research carried out from 2007 to 2010 with young militants in the city of Campinas, aiming to understand the different ways which conducted these youngsters to both reproduce a life model and create other possibilities of militancy in the relationship with their heroes or reference models.

Keywords: Oral history; Militant youngsters; Heroes

1 - Marília Pontes Sposito (2000), em seu artigo intitulado "Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação", faz um levantamento das principais pesquisas produzidas nos anos 80 e 90 que examinam as novas formas de participação juvenil em contraste com as temáticas tradicionais que reforçavam e ainda reforçam os estereótipos e explicações simplificadoras a respeito de ações coletivas protagonizadas por jovens. Cf. Sposito, 2000, jan/fev/mar/abr, nº 13, p. 73- 94. Ver também Abramo (1997; 2005), Aquino (2009); Castro e Abramovay (2009); Novas e Vannuchi (2004); Pais (2004). Sobre a noção de juventude e suas ambiguidades, consultar os trabalhos de Sposito (1997; 1999). O conceito de juventude é tomado em suas obras em sua historicidade, o que implica compreender a condição juvenil de acordo com a diversidade de experiências que caracterizam a vida dos jovens no mundo contemporâneo.

2 - A pesquisa da qual se originou este artigo resultou em minha tese de Livre Docência defendida em junho de 2011, junto ao Departamento de Ensino e Práticas Culturais da Faculdade de Educação da Unicamp.

3 - Michel Foucault entende as técnicas de si enquanto "práticas refletidas e voluntárias das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e

Estudos mais recentes[1] fazem-nos questionar as abordagens que associam a juventude à desordem social, à violência, à drogadição, ao individualismo, à apatia política. Ao fazer esse questionamento interessei-me em saber como se dá a militância de jovens; como vivem esses jovens; como elaboram as situações contemporâneas relativas à violência, ao desemprego, ao crime, à exploração sexual, ao envolvimento com as drogas, enfim, como essas vidas se conectam com as relações de poder e de saber que atravessam a sociedade.

O texto que ora apresento refere-se a uma pesquisa realizada nos anos de 2007 a 2011, junto a jovens militantes na cidade de Campinas[2]. Foram entrevistados 35 jovens, entre 15 e 24 anos (18 deles do sexo masculino e 17 do sexo feminino) que militavam em diferentes grupos ou instituições, no campo da religião, da política, da educação e da arte. Entendo que esses campos constituem diferentes modos de produção cultural e que eles se articulam não somente uns em relação aos outros, mas também ao conjunto do campo social, implicando, como diz Guattari, correlações entre as dimensões micro e macropolíticas (GUATTARI e ROLNIK, 2000: 22-23).

Nesta pesquisa, a militância adquire um sentido ampliado. Eu a compreendo como "técnicas de si"[3], como prescrições, como um leque de configurações oferecido pela cultura, como práticas refletidas e voluntárias através das quais os jovens não somente se fixam regras de conduta como também procuram se transformar, práticas através das quais é possível problematizar a vida.

Mas, quando é que a vida é tomada como problema? Para Foucault (2006: 232) a problematização acontece quando o incerto, o não familiar propicia respostas originais diante de dificuldades definidas por uma situação ou por um determinado contexto. Não se trata de "solucionar" problemas, mas de inventar, de inventar-se em determinadas condições de realidade, propiciando uma relação entre a arte de viver e a formação social na qual esta se desenvolve (FOUCAULT, 1985). Se essa relação diz respeito às condições de realidade nas quais uma estética da existência pode ser criada, que "processos de subjetivação"[4] os jovens de uma cidade grande, urbanizada, como Campinas, desenvolvem? Quais são as variações desses processos de subjetivação, processos vividos muitas vezes em meio a uma existência marginalizada, precária, portanto, bem diferente daquela vivida pelos gregos?

Como esses jovens passam a inventar-se em determinadas condições de realidade, em parte inspirados em seus heróis? Investi na idéia de que a capacidade de imaginar heróis poderia oferecer aos jovens certas práticas nas quais eles se construiriam enquanto sujeitos, não a partir de uma verdade imposta de fora, mas em relação a uma verdade sobre si mesmos que eles também ajudariam a produzir. À medida que se voltassem a tudo que os modelasse, tornar-se-ia possível para eles a subversão da imagem que fariam de

si mesmos. Com essa abertura singular, seriam capazes de enfrentar o perpétuo combate entre o que são e o que desejam que eles sejam, entre o trabalho de si para consigo e a comunicação com os outros.

Li a história desses jovens fazendo uma dupla intersecção entre as características do meio social, político, econômico, no seio do qual certas práticas de militância se desenvolvem e a recriação, a reconstrução de suas referências. Em meio aos discursos, às memórias dos heróis divulgadas pela história oficial, pela mídia, em meio às memórias dos parentes, dos amigos que foram militantes no passado, que outras configurações esses jovens militantes criam diante desse leque de prescrições, de “técnicas de si”.

Entra aqui a minha relação com a história oral que, nesse trabalho, é qualificada como metodologia e que tem, segundo o estudioso José Carlos Sebe Bom Meihy a entrevista como “epicentro da pesquisa”[5].

A entrevista, dentro do método da história oral, comporta 3 processos: a transcrição literal, a textualização e a transcrição. Primeiramente, as entrevistas foram transcritas na íntegra; depois textualizadas, ou seja, as perguntas foram suprimidas e os textos, rearticulados, de forma a se tornarem mais claros e sem os considerados “erros gramaticais”. Em seguida, na transcrição[6], os textos foram recriados, invertendo-se a ordem dos parágrafos; frases e palavras foram alteradas. Incorporei às narrativas elementos não-verbais da entrevista, “teatralizando o que foi dito”, a fim de recriar a atmosfera da entrevista. Uma vez “transcritos”, os textos foram submetidos à conferência e à legitimação[7] dos colaboradores[8] para retornarem, depois, às minhas mãos.

As entrevistas materializaram-se em textos. Textos que não são compreendidos como o reflexo do que aconteceu na vida desses jovens, mas que fazem parte de um processo de criação, de diálogo e do qual participam o pesquisador, os jovens colaboradores/narradores, a forma como cada um vive, sente, entende, apropria-se dos campos de saber, dos tipos de normatividade, das formas de subjetividade presentes em nossa cultura.

Ouvi as histórias contadas pelos jovens não com o objetivo de buscar o significado do que acontece em cada história. Eu as ouvi como fabulações[9], procurando nelas algo que escapasse às suas percepções, aos seus hábitos, às suas memórias[10].

Enquanto fábulas, as histórias incorporam uma imagem construída de militância e, ao mesmo tempo, a desconstruem, resignificando e recriando a própria história. Um dos meus objetivos foi, portanto, compreender as diferentes maneiras que conduziam esses jovens tanto a reproduzir um modelo de vida quanto a criar outras possibilidades de militância na relação que mantinham com seus heróis. Nesse processo, os jovens produzem “agenciamentos” (DELEUZE e PARNET, 1998: 66-153). Agenciar é criar algo que não está nem em você, nem no outro. É estar no meio. Ao sermos atravessados pela multiplicidade dessas histórias podemos agenciar

responda a certos critérios de estilo”. Cf. Foucault, 1984:15.

4 - Guattari refere-se a “processos de subjetivação”, ou “processos de singularização”, capazes de captar os elementos dos modelos dominantes de subjetividade e de construir suas próprias referências, de modo que indivíduos e grupos possam conquistar um mínimo de autonomia em relação aos poderes dominantes, aos saberes constituídos, de liberdade para ler a própria situação e aquilo que se passa em torno deles. Cf. Guattari e Rolnik, 2000: 46.

5 - Os oralistas que valorizam a história oral metodologicamente centram sua atenção na formulação de um projeto, nos critérios de escolha das entrevistas, no seu processamento, na passagem do oral para o escrito e nos resultados analíticos que demandariam diálogos com outros documentos. Cf. Meihy e Holanda, 2007: 72.

6 - Meihy (1991: 32) utiliza o termo “transcrição” no sentido poético dado por Haroldo de Campos para a realização de suas traduções. Campos opera uma transformação do texto traduzido em relação ao original, sem abandoná-lo, mas dele se distanciando para poder transcriar com liberdade e criar um novo original. Segundo Gattaz (1996: 251), Meihy chega mais longe ao propor a entrada de um novo elemento, o “teatro de linguagem”, termo emprestado de Roland Barthes. Se na transcrição surge a necessidade de se adaptar o texto falado

ao texto escrito, o teatro de linguagem possibilita incorporar “os elementos não-verbais da entrevista, tão importantes quanto as palavras ditas, mas perdidos na transcrição literal”. Cabe aqui uma observação: relendo as histórias desses jovens, concordo com Alberto Lins Caldas (1999: 102-110) quando esse autor afirma que todas as fases do projeto da história oral fazem parte do processo de transcrição. A transcrição mesmo sendo literal é “contaminada” por maneiras de dizer, tons de voz, gestos, pela relação assimétrica entre entrevistados(as) e o(a) pesquisador(a). Para Caldas (op.cit.:103), a passagem do que foi dito para o escrito tem mais a ver com o “processo dialógico da entrevista” do que com um procedimento técnico, que pode ser capaz de “mumificar” tanto a fala quanto a escrita.

7 - Momento em que o texto transcrito é entregue ao colaborador para que aprove a versão dada ao seu depoimento. É a etapa de conferência e legitimação, na qual o colaborador faz as correções e alterações que desejar. Cf. Meihy, 2005: 184.

8 - Em oposição ao informante, o narrador-colaborador estabelece com o pesquisador uma via de mão dupla, porque ele participa e colabora com a pesquisa na medida em que, ao receber o CD com a gravação integral da sua entrevista e o texto transcrito, deverá legitimar ou não esse texto. Cf. Meihy, 2005:124.

9 - Deleuze (2007:182-183) ao retomar a noção

com esses jovens. Não se trata de nos identificarmos com um tipo de jovem militante que conta a sua história, mas em agenciar algo entre ele e nós. São encontros que podem fazer surgir outras formas de pensamento, de invenção da vida militante.

As interpretações que faço da vida desses jovens não tiveram por objetivo decifrar um código que estaria lá escondido nas palavras ditas e escritas, mas, sim, encontrar, a partir dos signos emitidos nas narrativas, aqueles que fazem esses jovens militantes serem “outros”. Encontrar “algo outro” dos jovens que escape da gramática na qual – eles, eu, nós – nos interpretamos. Buscar, nos textos, as situações que mobilizam os jovens, que produzem novas maneiras de sentir, de ver e de ouvir seus heróis, de viver suas práticas de militantes e que se desgrudam das suas percepções correntes e vividas.

Essas vidas são vidas singulares porque quando os jovens criam algo que não está neles e nem em outro, mas entre os dois, criam um espaço-tempo comum impessoal e partilhável, propiciando conexões com outras forças, somando-se a elas, encontrando novos conjuntos, um novo devir militante.

Entre as histórias orais de vida narradas por jovens que militavam em Campinas, escolhi a vida de Jaqueline [11], representante do Movimento Juventude Negra.

A VIDA DE JAQUELINE

“Tenho uma imagem que eu adoro, da Ângela Davis, que foi do Black Panthers. Ela usa black power e está com a mão para cima, o punho fechado, lutando contra a opressão. É referência porque representa a juventude negra organizada”.

Direta, raciocínio rápido, sem rodeios, preparada para uma “guerra” como tantas outras enfrentadas durante a sua vida. Conhecia o “vício” de alguns pesquisadores que olham o diferente como “folclórico”, “exótico”, ou como portador de uma “deficiência”, o diverso a ser tolerado, respeitado, integrado na cultura que o hospeda de modo benevolente.

A postura corporal guerreira de Jaqueline expressava a distância que nos separava. Reconheci, nos primeiros momentos da nossa conversa, a alteridade daquela jovem. Uma alteridade que me atingia também e que abria uma fissura, um vazio, por onde um acontecimento novo, inusitado, poderia acontecer. Percebi “(...) que a relação de alteridade implica uma estranha relação: a assimetria na qual não posso reconhecer o outro como outro, mais do que na diferença” (TÉLLEZ, 2001: 61).

Jaqueline defende veementemente a sua negritude, afirmando uma identidade que foi (está sendo) construída desde a infância a partir de sua identificação com o movimento Hip Hop. O irmão e os primos militantes ajudaram Jaqueline a ressignificar os sentidos dos valores que interiorizou quando pequena, como, por exemplo, expor-se cada vez mais ao sol para conseguir ter cabelos claros. Sofria, sofre na pele a exclusão, o não-pertencimento a um grupo

dominante e, através da desigualdade sentida, tentou adquirir as marcas do branqueamento e de tudo o que elas significam em termos de acesso privilegiado aos bens materiais e simbólicos.

Se “afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora” (SILVA, 2000: 82), acredito que, nesse primeiro momento, Jaqueline buscava um “Fora”, tentando moldar-se às exigências impostas. Não “dobrou o Fora”, “clausurou-se” nele (PÉLBART, 2009: 143) e ficou submetida a uma “oposição binária” na qual o branco recebe um valor positivo em relação ao negro. Não se trata, simplesmente, de adquirir uma “identidade branca” pois, como afirma Silva (op. cit.: 83), ser branco não é ter “uma identidade”, mas “a identidade”, tida como normal, única, desejável por todos; há nesse processo uma normalização que elege arbitrariamente as qualidades da “identidade normal” – branca – e os defeitos das “outras identidades”.

Mas essa normalização não tem terreno fixo, e Jaqueline escapou, tentando subverter o que lhe foi imposto, desta vez “dobrando as forças do Fora” [12]. Na igreja, denuncia a “demonização” da cultura e da identidade negra; na universidade, a forma dissimulada como as negras e os negros são excluídos, ao não serem contemplados pelas organizações estudantis instituídas, ou mesmo quando a universidade escolhe o dia 13 de maio como o dia da “libertação dos bichos”; e também quando a academia revela o seu despreparo para discutir em sala de aula as questões raciais.

No relato de Jaqueline, os negros brasileiros reivindicam uma identidade afro-brasileira mas, por não serem reconhecidos em seus direitos, buscam referências externas ligadas às raízes culturais africanas, solidarizando-se com os negros de outros lugares que, igualmente vítimas da opressão do branco, consideram-se negros da diáspora e não negros das nações em que foram colonizados. Esse processo tem levado a maioria da juventude negra, principalmente os jovens vinculados ao Hip Hop, a se reconhecer como pan-africanista, uma vez que o movimento negro no Brasil vem se afirmando como sendo negro e não mais afro-brasileiro.

Para alguns militantes e estudiosos, o movimento pan-africanista é um movimento que busca encontrar soluções para as crises de diversas regiões do continente africano, provocadas pelos colonizadores europeus e instituições internacionais, que, desconsiderando as especificidades históricas, religiosas e linguísticas dos povos africanos, traçaram as fronteiras do continente, criando a partir da Conferência de Berlim (realizada nos anos de 1884 e 1885) uma base legal para justificar o “processo de partilha” desse continente (HERNANDEZ, 2008: 45-67).

Reterritorializada [13] a África passou a existir sob o controle político, econômico e cultural estabelecido pelas nações colonizadoras juntamente com as elites africanas que aderiram à política expansionista territorial européia. Mas, como não existe reterritorialização sem desterritorialização [14], novas tensões são criadas e

bergsoniana de fabulação, considera que “O que se opõe à ficção não é o real, não é a verdade que sempre é a dos dominantes ou dos colonizadores, é a função fabuladora dos pobres, na medida em que dá ao falso a potência que faz deste uma memória, uma lenda, um monstro (...). A ficção é inseparável de uma ‘veneração’ que a apresenta como verdadeira, na religião, na sociedade, no cinema, nos sistemas de imagens”.

10 - Refiro-me a uma memória criativa, ou como sugere Olgária Matos (1989: 80-92), “labiríntica”, que reabre o nosso passado a múltiplas possibilidades, logo, não se trata de nos lembrar da cronologia dos fatos contados pela história oficial, mas, sim, de encontrarmos nesse passado os vestígios que o tempo sufocou, e os quais o presente tenta juntar e atribuir sentidos, ainda que provisórios e efêmeros.

11 - Este relato faz parte do capítulo II da minha tese de livre docência, no qual interpreto a história de seis vidas de jovens militantes, após transcrever, textualizar e transcriar suas narrativas.

12 - As relações com o Fora se dobram (ou seja, não se reproduzem), se curvam para produzir uma duplicação, permitindo a formação de uma relação consigo mesmo e a constituição de um “dentro”. Temos então a subjetivação e não a subjetividade como dobra. Ao dobrar as forças do Fora, Jaqueline as enfrenta e encontra na militância um campo fértil para inventar novas possibilidades de vida. Não se trata de uma

constituição de si como sujeito moral, mas da consideração progressiva de si, numa tentativa de se desprender de si e permitir a formação de um “dentro” surgido da dobra do Fora. Cf. Deleuze, 2000: 137-140.

13 - “Os seres existentes organizam-se segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente ‘em casa’. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. (...) A reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante. O capitalismo é um bom exemplo de sistema permanente de reterritorialização: as classes capitalistas estão constantemente tentando ‘recapturar’ os processos de desterritorialização na ordem da produção e das relações sociais. Ele tenta, assim, controlar todas as pulsões processuais (ou phylum maquínico) que trabalham a sociedade”. Cf. Guattari e Rolnik, op. cit.: 323.

14 - “O território pode desterritorializar-se, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada

vários reinos africanos (HERNANDEZ, 2008: 109-130) desafiam as estruturas de poder, opondo-se às políticas de assimilação dos brancos.

No espaço controlado e vigiado, as resistências engendram linhas de fuga[15] e, com elas, movimentos que possam ressignificar o instituído. As formas de combate travadas voltam-se ao solo africano e hoje congregam os africanos e seus descendentes, que vivam ou não na África, para promover o resgate das práticas religiosas, dos rituais dedicados aos ancestrais, o incentivo às línguas nativas, a integração entre os diferentes países africanos, propiciando um remanejamento étnico, separando os grupos rivais e unindo grupos que foram separados pelos colonialistas. Uma pátria livre, de africanos para africanos, ou seja, uma reterritorialização, mas, desta vez, sob o controle dos povos africanos.

Essa reterritorialização, também, pode ser promovida a partir de imagens míticas. Quando Jaqueline lembra que os griôs, através do canto falado, propagavam uma ligação entre todos os escravos para que “o senhor” não pudesse separá-los, penso neles como os contadores de histórias responsáveis, na tradição oral da África, por divulgar as epopéias dos heróis “símbolos da gênese dos seus povos e de suas trajetórias” (HERNANDEZ, op. cit: 30). A unidade do povo negro derivar-se-ia do seu destino comum, marcado por injustiças, violências, pela rememoração da vida dos seus heróis, e não por partilharem do mesmo território.

Sem rumo, desterritorializados, espalhados pelo mundo, buscam criar um novo espaço. Reterritorializam-se em lugares dos quais se reapropriam, lugares onde seja possível falar e se posicionar, dando sentido à experiência de exclusão e de opressão vivida pelos africanos dentro e fora do continente.

Ao citar o Hip Hop como um movimento da diáspora africana ou de “Origem Africana de Descendência Quilombola”, Jaqueline faz-me mergulhar tanto na idéia de um “mito fundador” que busca unir todos os africanos e seus descendentes numa comunidade única, capaz de lhes garantir um ethos comum e fortalecê-los na luta contra a opressão do homem branco, quanto na idéia de deslocamento, de “identidade móvel” (SILVA, op. cit.: 86), de modo a restaurar a unidade de uma “comunidade imaginada” sempre por vir (TÉLLEZ, op. cit.: 65). Uma comunidade “que religa sem a medida do comum e da unificação”, sem nexos com a mesma e a identidade.

A militância de Jaqueline faz-me refletir que, para além de uma luta política por uma identidade, ela busca afirmar uma vida em que a história pessoal vai dando lugar não ao “eu” individual, ou a uma “identidade original”, mas a uma exterioridade sempre fora de si mesma. Arrancada de sua interioridade, Jaqueline não pensa os espaços de convivência entre negros e brancos, pobres e ricos, fundamentados no “amor ao próximo”, ou segundo o princípio da tolerância em relação à diversidade cultural. As maneiras de sentir que atravessam sua fala, seu corpo, sua narrativa são “armas

de guerra”[16], capazes de potencializar essa comunidade por vir, sempre em movimento.

Se, como nos adverte Mia Couto (in HERNANDEZ, op. cit.: 11), o “rosto do continente só existe em movimento no conflito entre o retrato e a moldura”, a imagem de Ângela Davis, do grupo “Black Panthers”, trazida por Jaqueline, convida-nos a pensar que é possível surgir novos modos de subjetivação política, abrindo fendas por onde se constroem mundos singulares de comunidades. “Mundos de desacordo e dissentimento, mundos nos quais aparece o plural das vozes daqueles que foram privados de voz” (TÉLLEZ, op. cit.: 76).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. In: Juventude e Contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, nº5, mai/jun/jul/ago, e nº 6, set/out/nov/dez., p. 25-36, 1997.

_____. “O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro”. In: FREITAS, M.V. (org.). *Juventude e Adolescência no Brasil: Referências Conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, p.19-39, 2005.

AQUINO, Luseni. Introdução: “A juventude como foco das políticas públicas”. In: CASTRO, Jorge Abrahão, AQUINO, Luseni Maria C. de e ANDRADE, Carla Coelho de. (orgs.) *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, p.23-39, 2009. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>> . Acesso em 25/01/2010.

CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade, Texto e História: Para Ler a História Oral*. São Paulo: Loyola, 1999.

CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam. *Quebrando Mitos: Juventude, Participação e Políticas. Perfil, Percepções e Recomendações dos Participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude*. Brasília: RITLA, 2009.

DELEUZE, Gilles. *Cinema 2. A Imagem Tempo*. São Paulo: Brasiliense 2007.

_____. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

DELEUZE, Gilles e PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Ed. Escuta, 1998.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II: O Uso dos Prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *História da Sexualidade III: O Cuidado de Si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. “1984 - Polêmica, política e problematizações”. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos V: Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.225-233, 2006.

GATTAZ, André Castanheira. *Braços da Resistência: Uma História Oral da Imigração Espanhola*. São Paulo: Xamã, 1996.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios ‘originais’ se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais”. Cf. Guattari e Rolnik, 2000: 323.

15 - “A linha de fuga é uma desterritorialização (...). Fugir não é renunciar às ações, nada mais ativo que uma fuga (...). É também fazer fugir, não necessariamente os outros, mas fazer alguma coisa fugir, fazer um sistema vaziar (escoar, fugir) como se fura um cano (...). Fugir é traçar uma linha, linhas, toda uma cartografia”. Cf. Deleuze e Parnet, 1998: 49.

16 - Não se trata de uma metáfora. Guerra é entendida aqui enquanto “máquina de guerra”, oriunda de agenciamentos originais advindos de uma coletividade e de sua inventividade. Somente quando essa máquina é apropriada pelo Estado é que toma a guerra, no seu sentido usual, por objeto. De agenciamento de guerrilha passa para a operação militar. Cf. Zourabichvili, 2004: 33-34.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na Sala de Aula: Visita à História Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro. Disponível em < <http://books.google.com.br> > 2008. Acessado em 10/11/2009.

MATOS, Olgária. *Os Arcanos do Inteiramente Outro: a Escola de Frankfurt, a Melancolia e a Revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Canto de Morte Kaiowá: História Oral de Vida*. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.

_____. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom e HOLANDA, Fabíola. *História Oral: Como Fazer, Como Pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo. *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

PAIS, José Machado. “Jovens, bandas musicais e revivalismos tribais”. In: PAIS, José Machado e BLASS, Maria da Silva (orgs.). *Tribos Urbanas: Produção Artística e Identidades*. São Paulo: Annablume, p. 23-42, 2004.

PÉLBART, Peter Pál. *Da Clausura do Fora ao Fora da Clausura: Loucura e Desrazão*. São Paulo: Iluminuras, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. “A produção social da identidade e da diferença”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, p. 73-102, 2000.

SPOSITO, Marília Pontes. “Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação”. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, nº 13, jan.fev.mar.abr, p. 73-94, 2000.

_____. “Educação e juventude”. In: *Educação em Revista*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, n. 29, 1999.

SPOSITO, Marília Pontes. “Estudos sobre juventude em educação”. In: *Juventude e Contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, nº5, mai/jun/jul/ago, e nº 6, set/out/nov/dez., p. 37-52, 1997.

TÉLLEZ, Magaldy. “A paradoxal comunidade por-vir”. In: LARROSA, Jorge e SKLIAR, Carlos. *Habitantes de Babel: Políticas e Poéticas da Diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 45-78, 2001.

ZOURABICHVILI, François. *O Vocabulário de Deleuze*. Tradução: André Telles. Versão Eletrônica. Centro Interdisciplinar de Estudo em Novas Tecnologias e Informação. IFCH – Unicamp, 2004.